




**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS
115ª Reunião Ordinária**

ATA Nº 5/2025

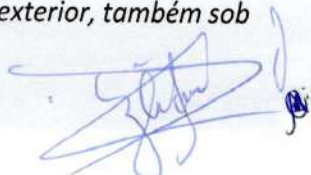
Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de 2025, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2024, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, os representantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Elza Maria Jucá. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de maio nº A2505000 a A2505007; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; e, 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de abril/2025. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em abril no montante R\$ 6.406.329,73(1,61%); considerando que o IPCA foi de (0,43%), foi possível cumprir a meta atuarial determinada para mês (0,84 %). Verificou-se retorno positivo de (1,56%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance positiva (2,22%), puxadas pela valorização no índice IBOVESPA no acumulado do mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (4,81%) é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (4,20%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. A ata da última reunião do Copom revelou um cenário desafiador tanto no ambiente externo quanto doméstico. Lá fora, a incerteza relacionada à política comercial dos Estados Unidos e seus impactos sobre a inflação global e o crescimento tem exigido cautela, especialmente de países emergentes. No Brasil, embora a atividade econômica e o mercado de trabalho ainda mostrem dinamismo, há sinais de moderação. A inflação para 2025 e 2026 continuam acima da meta, com os núcleos de inflação ainda em níveis elevados. Além disso, o Copom destacou que as expectativas desancoradas exigem juros altos por mais tempo. Foi destacado que o cenário fiscal segue preocupando, com riscos de aumento da taxa neutra devido a incertezas sobre a sustentabilidade da dívida. Nos Estados Unidos, a inflação ao consumidor de abril subiu 0,2%, registrando 2,3% em 12 meses. O núcleo da inflação também avançou 0,2% no mês, mantendo alta de 2,8% em 12 meses. O mercado espera uma pressão inflacionária maior nos próximos meses devido às tarifas implementadas. O impacto completo dessas medidas deve aparecer nos próximos relatórios de inflação. Já na zona do euro, foi divulgado a leitura do PIB referente ao primeiro trimestre de 2025, em que conforme apurado, o crescimento foi de 0,4% no primeiro quartil, acima das expectativas de 0,2%. O impulso veio principalmente pela forte alta na Irlanda e pelo bom desempenho da Espanha. No entanto, esse crescimento mascara uma tendência mais fraca, dado que países como Alemanha (antes forte motor industrial), França e Itália apresentaram avanços modestos, sugerindo que, sem o efeito distorcido da Irlanda, o bloco teria crescido próximo ao esperado. Em sequência, o comitê de investimento tratou sobre a pauta da aprovação das demonstrações

Emij   

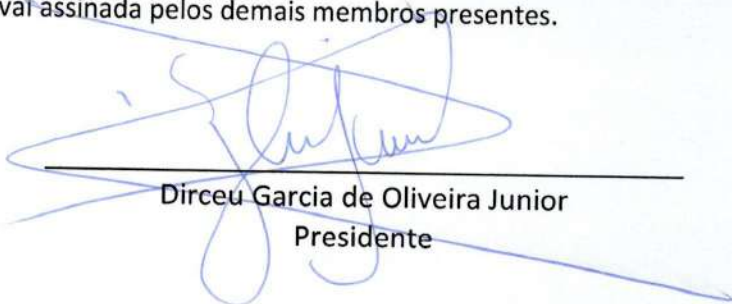
financeiras referente ao exercício de 2024 do fundo imobiliário "CARE 11", devidamente auditadas nos termos da regulamentação em vigor; que, com fundamento em parecer da consultoria de investimentos Crédito e Mercado, o Presidente manifestou-se pela aprovação das demonstrações, mormente por não haver motivação para tanto. Ainda em relação ao indigitado fundo, Tribunal de Contas do Estado do Paraná notificou os RPPS sob sua jurisdição e que são cotistas do mesmo fundo a proverem esclarecimentos quanto à decisão e momento de aplicação no fundo; o órgão de controle arguiu que a instituição administradora do fundo não se encontra na lista exaustiva RPPS divulgada pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC e recomendou a adoção de medidas para reenquadramento do fundo ou, alternativamente, a liquidação das cotas, desde que se adotem medidas para minimizar as perdas decorrentes da aplicação. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS. Para tanto, recomendamos a diminuição de maneira gradativa da exposição em fundos atrelados as durations mais longas dos IMAs, como o IMA-B 5+ e o IMA-B e IMA-Geral. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição do RPPS em fundos deste segmento para o patamar de 5% do portfólio. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto a ser atingido pela Selic, recomendamos cautela por parte dos investidores na exposição de ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros e suas revisões altistas, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob*

Emmy

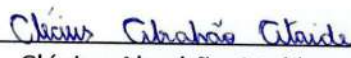
Assessoria



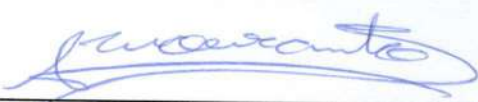
entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o gestor a realizar o resgate total das cotas do fundo de investimentos CAIXA AÇÕES MULTIGESTOR FIC AÇÕES (CNPJ 30.068.224/0001-04); 2) Autorizar o Gestor a aplicar R\$ 337.922,07 (trezentos e trinta e sete mil, novecentos e vinte e dois reais e sete centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); 3) Autorizar o Gestor a aplicar R\$ R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-70); 4) Autorizar o Gestor a aplicar R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do fundo de investimentos CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP (CNPJ 03.737.206/0001-97); e, 5) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 09:10h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



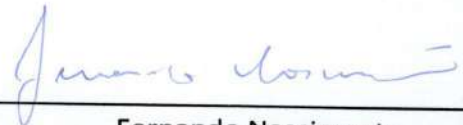
Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente



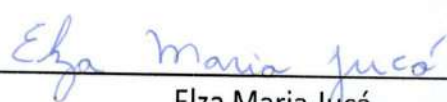
Clécio Abrahão Ataíde
Diretor Administrativo-financeiro do TLPrev



Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração



Fernando Nascimento
Representante do Conselho Fiscal



Elza Maria Jucá
Representante dos Servidores Públicos Municipais
